

A emergência de vozes contra-hegemônicas e o papel do jornalista¹

Raíssa Haydê Koshiyama de Freitas²

A mídia alternativa, tanto no Brasil como no mundo, vem para discordar do discurso hegemônico³ construído pelas grandes empresas de comunicação. Desde o surgimento da imprensa, a luta contra a legitimação dos valores das classes dirigentes acontece graças àqueles que ousam discordar publicamente do consenso construído pelo poder estabelecido. Ainda neste sentido, a imprensa alternativa⁴ revoluciona ao propor novas condições produtivas: sem fins lucrativos, aberta à colaboração, gerida de maneira horizontal. Todos estes elementos colaboram uma prática jornalística mais democrática e transparente.

No entanto, junto ao fortalecimento da imprensa alternativa brasileira, que surge com o reconhecimento da urgência da democratização da comunicação, emerge o conceito de “discurso contra-hegemônico”, como a antítese do discurso hegemônico. É importante atentar para o perigo de se colocar este conceito no singular e de estabelecer um pequeno número de iniciativas como portadoras deste discurso. Esta prática invisibiliza

¹ GT06: Mídia e identidades subalternas: novos olhares epistemológicos para atores emergentes

² UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas. Mestranda pelo programa de Artes Visuais do Instituto de Artes. E-mail: raissakfreltas@gmail.com

³ A noção de hegemonia aqui segue a definição de Antonio Gramsci, na qual as classes dirigentes consolidam seu poder através de um consentimento construído cultural e ideologicamente. (ALVES, 2010, 71-96).

⁴ A mídia alternativa é compreendida aqui como veículos noticiosos que não constituem parte de uma empresa ou um conglomerado de empresas que tenha, como objetivo último, o lucro (KUCINSKI, 2003).

conflitos e disputas que se dão dentro do ambiente político não-hegemônico e acaba por dar voz somente àqueles que se encontram em posições de privilégio neste ambiente⁵.

É preciso compreender que a batalha pela hegemonia vai além do embate discursivo, da produção do consenso da população quanto a este ou àquele projeto de sociedade e até mesmo além das estruturas produtivas que envolvem a prática jornalística. Uma grande contribuição trazida pela nova onda de movimentos sociais no Brasil é a discussão a respeito da representatividade e sobre como essa reivindicação aponta para o que está no fundo do embate discursivo midiático: a dualidade que se estabelece entre quem tem o direito à voz e a quem só resta o direito ao consenso (representado aqui muitas vezes pelo consumo, o ato da compra) ou ao silêncio⁶.

É preciso atentar para as estruturas de poder e de exclusão que se articulam em uma esfera que está além das possibilidades materiais de divulgação oferecidas pelos meios digitais, que passam pelo acesso à escolaridade, à formação técnica e teórica, a ambientes sociais privilegiados e a conexões interpessoais. Todos estes fatores, anteriores ao advento das redes virtuais, estabelecem lugares de privilégio.

Para uma análise de caso, escolhi os Jornalistas Livres por dois motivos: o primeiro é o fato de que este coletivo é hoje no Brasil um dos exemplos de maior sucesso do que tem sido chamado “jornalismo colaborativo”⁷, que acredito ser a forma de jornalismo que

⁵ Um conhecido exemplo é a predominância das demandas e do protagonismo do homem homossexual branco dentro do movimento LGBT. Este foi um dos motivos da criação da Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de São Paulo, de forma que fossem ouvidas as demandas específicas deste grupo (RAQUEL, 2017).

⁶ Em seu livro *A moderna tradição brasileira*, Renato Ortiz demonstra como o governo militar, se valendo do alcance e da alta recepção dos meios de comunicação de massa, busca construir uma identidade nacional e uma noção de cidadania brasileira. Esta integração é promovida por meio da criação de um mercado de bens simbólicos, atrelando participação política e consumo no imaginário brasileiro (ORTIZ, 1986).

⁷ A definição aqui de “jornalismo colaborativo” vem da autodefinição dada pelos jornalistas que o praticam: um grupo que tem sua base de colaboradores composta por qualquer pessoa que deseje contribuir para o jornal e que disponha dos meios para produzir e publicar textos, fotografias ou vídeos (JORNALISTAS LIVRES, 2015).

mais se aproxima de um jornalismo horizontal, organizado coletivamente e autogestionado. O segundo motivo é a oportunidade que tive de fazer parte do projeto, o que me permitiu um conhecimento de sua estrutura interna⁸.

Criado em 2015, os Jornalistas Livres compõem um coletivo de jornalismo cujo corpo de editores é composto majoritariamente por jornalistas egressos de grandes empresas – Revista Veja, Folha de São Paulo etc – que buscam uma maneira diferente de fazer jornalismo, uma maneira mais democrática e menos voltada para o lucro ou para a consolidação do discurso hegemônico que atende aos interesses de uma elite.

À princípio, o corpo de colaboradores é formado por qualquer pessoa que tenha os meios de produzir e publicar matérias jornalísticas. No entanto, a partir de uma análise de como se dá a ampliação da rede de colaboradores dos Jornalistas Livres, pude observar que os fatores que pautam essa expansão são, em geral, três: a esfera das relações pessoais, afinidades ideológicas e formação técnica e teórica.

Na maioria dos casos, uma pessoa passa a contribuir para os Jornalistas Livres por meio de um convite pessoal de um dos colaboradores ou quando, por conhecer pessoalmente um colaborador, se oferece para produzir uma matéria. Em ambos os casos, a expansão da rede de participantes ocorre dentro da esfera de relações pessoais dos colaboradores. Esta forma de expansão é problemática uma vez que estas esferas estão contidas predominantemente em espaços de acesso altamente privilegiado: o meio jornalístico profissional e o meio acadêmico de universidades públicas.

Um outro critério para a participação do coletivo é a afinidade política. Embora o coletivo se coloque como aberto à pluralidade de ideias, a sua atual produção coloca uma clara e indissolúvel dualidade baseada nas categorias “golpistas” (aqueles que apoiaram o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff) e “fora Temer” (aqueles que defendem a imediata saída do presidente Michel Temer). Esta polarização faz com que o coletivo se

⁸ Faço parte do grupo de colaboradores dos Jornalistas Livres de Campinas desde junho de 2016.

estabeleça politicamente em uma posição específica dentro do vasto espectro dos posicionamentos não-hegemônicos, o que faz com que o grupo atraia para si outros colaboradores que compactuam desta visão dualista e muitas vezes desvie o olhar das contradições e nuances políticas que se colocam muito além destes dois pólos.

O último e mais delicado critério que determina a entrada e permanência de novos colaboradores diz respeito à formação técnica e teórica daqueles que desejam fazer parte do coletivo. Como um grupo de jornalistas profissionais, os Jornalistas Livres em geral prezam pelo cumprimento das regras da gramática textual e audiovisual na produção de suas matérias. Embora este apreço pela técnica possa ter a sua importância, a exigência do domínio da gramática textual acaba por negar a voz àqueles que, por diversos motivos, não tiveram acesso a essa formação. A situação se agrava quando a questão é o domínio da gramática audiovisual, conhecimento transmitido em ambientes muito mais exclusivos e privilegiados do que a escola.

Esta forma de estruturação da rede dos Jornalistas Livres é problemática não somente no sentido da representatividade de diversos grupos sociais no corpo de colaboradores. A sua composição elitizada acaba por afetar a própria conformação do discurso jornalístico. Um importante exemplo foi a cobertura da ação higienista violenta executada pela Prefeitura de São Paulo na região da Cracolândia no dia 21 de maio de 2017.

Na ocasião, a Polícia Militar, por ordens do Prefeito João Dória, desabrigou dezenas de residentes da Cracolândia, confiscando bens pessoais, depredando abrigos e demolindo prédios com pessoas ainda dentro. Os colaboradores dos Jornalistas Livres cobriram parte da ação ao vivo, denunciando a violência da polícia e o descaso com as pessoas que residiam no local. Após a cobertura ao vivo, nove matérias foram produzidas (artigos opinativos e galerias de fotos) e o caso teve lugar de destaque na página do coletivo⁹.

⁹ As matérias produzidas podem ser consultadas na página dos Jornalistas Livres sob a categoria Moradia (jornalistaslivres.org/categoria/moradia).

Apesar do destaque dado ao caso, nenhuma das matérias publicadas foi redigida pelos residentes da Cracolândia ou pelos movimentos que os representam. Nos artigos, não foi publicada nenhuma entrevista que buscasse apresentar, em profundidade, o ponto de vista daqueles que foram diretamente afetados pela ação. As fotos publicadas foram tiradas de longe. A miséria e a precariedade são utilizadas como valor estético, as pessoas são pouco individualizadas, colocadas predominantemente em posição passiva e vulnerável.

Esta falta de individualização se dá tanto pelo fato de que os jornalistas que cobriram a ação não estão diretamente envolvidos com a situação dos residentes da Cracolândia, o que faz com que eles não tenham conhecimento das demandas específicas e da situação particular dos envolvidos, quanto pela questão de que esta notícia serve a um propósito que vai além de denunciar a violência da polícia e os equívocos da ação da prefeitura. O propósito central da notícia é atingir a reputação da gestão do Prefeito João Dória, afetar a opinião pública a respeito de sua gestão e do partido do qual o político faz parte, o PSDB. Para tal fim, tratar da individualidade e das demandas específicas dos residentes da Cracolândia não é fundamental¹⁰.

Este tratamento generalizante, no entanto, tem efeitos problemáticos uma vez que coloca as vítimas em uma posição de pura vulnerabilidade, representando-as como um grupo frágil, indistinto, sem agência política ou voz própria. Ou seja, o oprimido que precisa ter quem fale por ele. Esta forma de representação é sintomática de um discurso que parte da elite direcionada a si mesma, pois não coloca a minoria em uma posição de igualdade. O que se evoca são sentimentos de caridade em vez de indignação pela falta de reconhecimento da voz destes agentes políticos. Assim, o discurso não é empoderador, enfraquece o objeto para fortalecer a ideia política que está por trás.

¹⁰ Jesus Martín-Barbero fala sobre como a esquerda marxista tem dificuldades em trabalhar com a multiplicidade do popular, uma vez que coloca toda a categoria sob o signo indistinto da luta de classes (MARTIN-BARBERO, 1997).

Um possível reflexo dessa visão distante é o fato de que no momento em que as pessoas que foram despejadas reagiram e ocuparam a Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo no dia 24 de maio¹¹, o fato não foi relatado por nenhuma das matérias dos Jornalistas Livres. Na realidade, o Movimento Estadual da População em Situação de Rua e o Comitê Pop Rua, movimentos relacionados com a população afetada, não foram sequer mencionados em momento algum da cobertura.

O objetivo desta crítica é mostrar como não pensar em protagonismo e representatividade afeta tanto a distribuição de espaço e de direito à voz como a profundidade da cobertura midiática das demandas minoritárias. Se queremos um combate à hegemonia, devemos buscar também o fim dos espaços de privilégio intelectual e o privilégio de saberes, técnicas e estéticas específicas.

Para aqueles que fazem parte de coletivos de mídia alternativa e desejam romper com estes espaços de privilégio, proponho que se aproximem dos movimentos sociais envolvidos com as questões noticiadas, de forma que não se trate de um assunto sem conhecer a demanda específica do grupo atingido e a história da luta de seus movimentos. Em segundo lugar, que seja dada a voz e o espaço que cabem aos diretamente afetados. Que seja promovida, também, novas formas de pensar e novos saberes. Neste sentido, trazer diferentes atores (movimentos sociais urbanos, comunidades indígenas ou camponesas) pode ampliar este campo, desde que não forcemos a adequação às formas consagradas de comunicação. E, por último, é fundamental a promoção de espaços de letramento digital para ampliar o acesso às ferramentas tecnológicas.

Para aqueles que fazem parte apenas da audiência, é importante conhecer os movimentos sociais locais e seus canais de comunicação. Além disso, deve-se atentar sempre para a especificidade da demanda e ter cuidado com as invisibilizações perpetradas pelas polarizações políticas e pela unificação do discurso contra-hegemonico.

¹¹ Para detalhes sobre a ocupação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo, ver Ferreira (2017).

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul
v. 2, n. 1, 2018.

Referências

Livros:

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003.

ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira. Folhetim: Folha de São Paulo, São Paulo, p.4-7, 04 mai. 1986.

Artigos em periódicos:

ALVES, Ana Rodrigues cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. *Lua Nova*, v.1, nº 80, São Paulo, 2010.

Páginas da Internet:

FERREIRA, Marina. Desdobramentos da ocupação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos. *Rede Rua*. Disponível em: <<http://www.rederua.org.br/single-post/2017/05/29/Desdobramentos-da-ocupa%C3%A7%C3%A3o-da-Secretaria-Municipal-de-Direitos-Humanos>>. Acesso em 20 jun 2017.

JORNALISTAS LIVRES. Quem somos. *Jornalistas Livres*. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/quem-somos/>> Acesso em 20 jun. 2017

RAQUEL, Martha. Por que a caminhada das mulheres lésbicas e bissexuais é importante? *Jornalistas Livres*. Disponível em <<https://jornalistaslivres.org/2017/06/por-que-caminhada-das-mulheres-lesbicas-e-bissexuais-e-importante/>> Acesso em 23 jun. 2017.